



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 11080.905836/2015-61
Recurso Voluntário
Acórdão nº 1002-002.029 – 1ª Seção de Julgamento / 2ª Turma Extraordinária
Sessão de 06 de abril de 2021
Recorrente COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA.
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Ano-calendário: 2010

NÃO HOMOLOGAÇÃO DE PER/DCOMP. COMPROVAÇÃO DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO CRÉDITO. INSUBSISTÊNCIA.

Comprovada em sede recursal a liquidez e certeza do crédito vindicado, deve ser homologado o PER/DCOMP até o limite do crédito reconhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Aílton Neves da Silva - Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Aílton Neves da Silva (Presidente), Rafael Zedral e Marcelo José Luz de Macedo.

Relatório

Em atenção aos princípios da economia e celeridade processual, transcrevo e adoto parcialmente o relatório produzido pela DRJ/REC, complementando-o ao final:

A interessada acima qualificada apresentou em 25/01/2013 o PERDCOMP nº 10642.00273.250113.1.3.04-8207, fls. 95 a 99, por meio do qual foi compensado Crédito do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ – Código de Receita 3373 - com débitos de sua responsabilidade. O crédito informado, no valor de R\$ 6.108,04, seria decorrente do Pagamento Indevido ou a Maior, correspondente a parte do Pagamento no valor do principal de R\$ 57.384,45, período de apuração 30/06/2010, efetuado em 30/07/2010, fls. 105 e 107.

A contribuinte efetivamente retificou sua DIPJ, recalculando o IRPJ a pagar para o valor de R\$ 33.896,13, fl. 148, que daria azo ao pretendido crédito. Entretanto, como o valor de R\$ 57.384,45 do débito apurado em sua DCTF original manteve-se inalterado em sua DCTF retificadora, apresentada em 03/09/2013, fls.

110 a 120, foi-lhe negado o direito creditório, haja vista que o pagamento encontrava-se integralmente alocado ao débito informado em sua DCTF Retificadora/Ativa.

2. Por meio do **Despacho Decisório nº 107841881**, de 05/08/2015, ciência em 13/08/2015, constante nos autos, fls. 90 a 94, não foi homologada a Declaração de Compensação citada acima. Na fundamentação do referido despacho, consta que:

A partir das características do(s) DARF discriminado(s) no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente, utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Relativamente à não homologação da compensação perpetrada pelo Despacho Decisório Eletrônico, o interessado apresentou Manifestação de Inconformidade julgada improcedente pela DRJ/REC (e-fls. 02), na qual ofereceu os argumentos a seguir sintetizados:

Diz que "...a empresa acima citada transmitiu a DCTF relativa ao mês de junho/2010 em 19/08/2010, onde declarou o valor de R\$ 57.384,45 de IRPJ na DCTF de junho/2010 (ANEXO 01) e efetuou o recolhimento deste valor via DARF código 3373 em 30/07/2010 (ANEXO 02)", que "...o valor correto de IRPJ de competência 30/06/2010 deveria ser de R\$ 33.896,14, conforme demonstração em DIPJ (ANEXO 3)" e que "Com isto, retificou-se a DCTF em 13/11/2012 gerando assim créditos de IRPJ no valor de R\$ 23.488,31 mais as devidas correções permitidas por lei. (ANEXO 04)".

Aduz que "Com base na apuração destes créditos, foi efetuada compensação de tributos em 25/01/2013, que trata este despacho Decisório" e que utilizou "...o crédito de R\$ 7.604,51 para compensar débitos de COFINS, código 5856, apuração dezembro/2012, vencimento 25/01/2013 no valor de R\$ 7.604,51 (ANEXO 05)".

Ressalta que "...em 03/09/2013 foi necessário retificar novamente a DCTF do mesmo período, ou seja, competência 30/06/2010, para outros fins" e que "...ao retificar novamente a DCTF a empresa confundiu-se, equivocou-se, e a fez sobre o arquivo original enviado em 19/08/2010 e não sobre a DCTF retificada em 03/09/2013" e que "Com isso, o valor de IRPJ voltou ao valor original de 2010 que era incorreto e não está de acordo com a DIPJ e LALUR enviados em 2012".

Registra que "Fica claro então, que ao equivocar-se a empresa sobrepôs no campo do IRPJ o valor errado", concluindo que "...o valor correto do IRPJ desta competência é de R\$ 33.896,14, havendo assim o crédito de R\$ 23.488,31 que possibilita a compensação efetuada na per/dcomp citada no valor de R\$ 7.604,51".

Por fim, sustenta que "...que houve realmente um equivoco da empresa ao fazer nova retificação da DCTF no ano de 2013, fazendo constar o IRPJ declarado erroneamente em 2010".

Irresignado, o ora Recorrente apresentou Recurso Voluntário (e-fls. 175), no qual reproduziu *ipsis litteris* os fundamentos de fato e de direito apresentados na Manifestação de Inconformidade, juntando, entretanto, documentos novos que, em princípio e em juízo de delibação, guardam relação com os argumentos apresentados, a saber: cópia do Balanço Patrimonial do contribuinte do período-base examinado e da DIPJ/2011, extraída da base de dados da Receita Federal do Brasil na qual está registrado o montante de R\$ 33.896,13 a título de IRPJ a recolher no trimestre encerrado em 31/12/2010, que o contribuinte sustenta ser o valor efetivamente devido.

Em razão disso, o Colegiado houve por bem baixar o processo em diligência para solicitar cópia integral da escrituração contábil-fiscal do contribuinte do período-base encerrado em 31/12/2010 e para elaboração de quadro analítico, discriminando a natureza, valores e períodos correspondentes dos créditos, nos termos da Resolução n.º **1002-000.066**, de 07 de maio de 2019.

Relativamente ao cumprimento da diligência, às e-fls. 3.329 consta a manifestação da Unidade de Origem e às e-fls. 295, a do contribuinte, consubstanciada nas alegações a seguir sintetizadas.

Afirma que “Conforme consta na DIPJ relativa ao exercício do 2º Trimestre do ano de 2010, foi apurado o valor a pagar de tributo no período de R\$33.896,13 (pg. 35) relativo ao Imposto de Renda, enquanto na DARF da DIPJ do mesmo período consta o pagamento de R\$57.384,45, gerando o indébito que foi utilizado na compensação não acolhida.”

Aduz que “Este valor devido de IRPJ e está refletido no Balanço Patrimonial da Recorrente encerrado em 30/06/2010 e que acompanha a presente manifestação, evidenciando que o pagamento do tributo realmente se deu em montante superior ao apurado, o que implica no direito de restituição do contribuinte, no presente caso, exercido por meio do direito à compensação.”

Esclarece que “...o valor indicado na Resolução a que ora se atende diz respeito ao saldo de compensação do valor de R\$22.679,55 que foi posteriormente aproveitado em nova compensação com débito corrente, portanto, a sua origem é a mesma indicada no processo administrativo 11080.905834/2015-71.”

Reforça que “...se trata aqui de erro de preenchimento de declaração retificadora e que tal circunstância não deve se sobrepor ao direito material do contribuinte em receber de volta o que foi pago a maior, sob pena de se admitir a extrapolação do princípio da estrita legalidade aplicada à matéria tributária.”

Ao final requer o contribuinte o acolhimento do presente recurso para o fim de homologação integral da compensação declarada.

É o Relatório do essencial.

Voto

Conselheiro Aílton Neves da Silva, Relator.

Inicialmente, reconheço a plena competência deste Colegiado para apreciação do Recurso Voluntário, na forma do art. 23-B da Portaria MF n.º 343/2015 (Regimento Interno do CARF), com redação dada pela Portaria MF n.º 329/2017.

Demais disso, observo que o recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade, portanto, dele conheço.

Mérito

Constatado que o ora Recorrente não teve homologado o PER/DCOMP nº 10642.00273.250113.1.3.04-8207 transmitido em 20/12/2012, conforme mostra o excerto seguinte do Despacho Decisório Eletrônico:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DRF PORTO ALEGRE

DESPACHO DECISÓRIO

Nº de Rastreamento: 107841881

DATA DE EMISSÃO: 05/08/2015

1-SUJEITO PASSIVO/INTERESSADO

CPF/CNPJ 92.762.343/0001-01	NOME/NOME EMPRESARIAL COMERCIAL BOM DE ALIMENTOS LTDA.
--------------------------------	---

2-IDENTIFICADOR DO PER/DCOMP

PER/DCOMP 10642.00273.250113.1.3.04-8207	DATA DA TRANSMISSÃO 25/01/2013	TIPO DE CRÉDITO Pagamento Indevido ou a Maior	Nº DO PROCESSO DE CRÉDITO 11080-905.836/2015-61
---	-----------------------------------	--	--

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

A análise do direito creditório está limitada ao valor do "crédito original na data de transmissão" informado no PER/DCOMP, correspondendo a R\$ 6.108,04.
A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos, abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP.

Características do DARF discriminado no PER/DCOMP

PERÍODO DE APURAÇÃO	CÓDIGO DE RECEITA	VALOR TOTAL DO DARF	DATA DE ARRECAÇÃO
30/06/2010	3373	57.384,45	30/07/2010

UTILIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS ENCONTRADOS PARA O DARF DISCRIMINADO NO PER/DCOMP

NÚMERO DO PAGAMENTO	VALOR ORIGINAL TOTAL	PROCESSO (PR)/ PER/DCOMP (PD)/ DÉBITO (DB)	VALOR ORIGINAL UTILIZADO
4919439622	57.384,45	Db: cód 3373 PA 30/06/2010	57.384,45
VALOR TOTAL			57.384,45

Diante da inexistência do crédito, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada.
Valor devedor consolidado, correspondente aos débitos indevidamente compensados, para pagamento até 31/08/2015.

PRINCIPAL	MULTA	JUROS
7.604,51	1.520,90	1.955,11

Para verificação de valores devedores e emissão de DARF, consultar o endereço www.receita.fazenda.gov.br, menu "Onde Encontrar", opção "PER/DCOMP", item "PER/DCOMP-Despacho Decisório".
Enquadramento legal: Arts. 165 e 170, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN). Art. 74 da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Como se observa, o suposto crédito de R\$ 6.108,04 informado no PER/DCOMP teria decorrido de pagamento indevido ou a maior, e a circunstância fática que motivou seu não reconhecimento está registrada no Despacho Decisório Eletrônico, qual seja: a utilização anterior do crédito pleiteado no pagamento de tributo de código 3373 (IRPJ - PJ não obrigadas ao lucro real - Balanço Trimestral), do período de apuração de 30/06/2010.

Em suas razões de defesa, o Recorrente, em suma, afirma que "...em 03/09/2013 foi necessário retificar novamente a DCTF do mesmo período, ou seja, competência 30/06/2010, para outros fins", que "...ao retificar novamente a DCTF a empresa confundiu-se, equivocou-se, e a fez sobre o arquivo original enviado em 19/08/2010 e não sobre a DCTF retificada em 03/09/2013" e que "Com isso, o valor de IRPJ voltou ao valor original de 2010 que era incorreto e não está de acordo com a DIPJ e LALUR enviados em 2012.

À vista dos documentos acostados aos autos, entendo que o Recorrente comprova o crédito de R\$ 6.108,04 glosado no Despacho Decisório Eletrônico e que foi o motivo da não homologação da compensação, conforme explicado na sequência:

- o contribuinte apurou seus resultados no ano-calendário de 2010 com base no lucro real trimestral (e-fls. 6);

- o Balanço Patrimonial encerrado em 30/06/2010, constante às e-fls. 260 do processo 11080.905834/2015-71 – analisado em paralelo com este processo –, contém registro no passivo circulante de R\$ 33.896,13 a título de IR a recolher, valor que coincide com o saldo contábil da conta 2.2.2.03.008 – IR a Recolher – para o IRPJ do 2º trimestre de 2010, constante do livro razão de e-fls. 2.698 do processo ora em análise;

- às e-fls. 3.261, consta o estorno de R\$ 23.488,32 da conta 3.4.1.01.001 – Provisão IRPJ -, sinalizando que, do montante de IR a recolher inicialmente registrado de R\$ 57.384,45, apenas a despesa de R\$ 33.896,13 foi efetivamente levada ao resultado contábil do exercício;

Assim, tem-se que houve recolhimento a maior de IRPJ do 2º trimestre de 2010 no montante de R\$ 23.488,32, valor suficiente à compensação do débito informado no PER/DCOMP em questão, razão pela qual deve ser deferido o pleito do contribuinte.

Dispositivo

Por todo exposto, voto pelo provimento do Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Aílton Neves da Silva